

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf

Estatuto Social

Capítulo I

Da Denominação, Organização, Sede e Objeto da Sociedade

Art. 1º. A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, denominada Chesf, é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, regida por este Estatuto e pela legislação aplicável.

Parágrafo único – A Companhia foi constituída como sociedade de economia mista, na forma do Decreto Lei nº 8.031, de 03/10/1945, e desestatizada mediante Lei.

Art. 2º. A Chesf tem sede e foro na cidade de Recife no Estado de Pernambuco, sua duração é por tempo indeterminado, podendo criar sucursais, filiais, agências e escritórios no país e no exterior.

Art. 3º. A Companhia observará as políticas, regulamentos e demais diretrizes estabelecidos pela Eletrobras.

Art. 4º. A Companhia tem por objeto social:

- a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, comercialização de energia bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;
- b) participar de pesquisas de seu interesse empresarial no setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao cumprimento de seu objeto social;
- d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
- e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;
- f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, relacionadas ao setor de energia elétrica;
- g) comercializar direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação da empresa, relacionados ao setor energético, ligadas à geração e transmissão de energia elétrica mediante manifestação favorável da Diretoria Executiva da Eletrobras;

Texto aprovado pela 69.ª AGE, de 13.02.78, com alterações subseqüentes até a 190.ª AGE, de 31.10.2022.

- h) comercializar direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;
- i) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão; e
- j) executar serviço de aerolevanteamento relacionado à geração e transmissão de energia.

Capítulo II

Obrigações

Art. 5º. A Companhia, consoante disposições legais vigentes, deverá, entre outras obrigações:

I – nortear suas ações, buscando a sustentabilidade por meio do equilíbrio econômico, financeiro social e ambiental nas operações e nas oportunidades de negócio;

II – observar e cumprir o Programa de *Compliance* das empresas Eletrobras;

III – observar e, quando houver controladas, fazer com que estas observem os requisitos de transparência previstos na legislação em vigor; e

IV – atuar em inteira conformidade com o Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, com a FCPA, com a Lei nº 12.846, de 2013 e com qualquer outra legislação antissuborno e anticorrupção, bem como qualquer outra legislação, regra ou regulamento de propósito e efeito similares aplicável à Companhia, abstendo-se de praticar qualquer conduta vedada pelos referidos normativos.

Art. 6º. A Companhia deve tomar todas as providências cabíveis para que seus administradores, agentes, empregados e quaisquer outras pessoas agindo em seu nome, e, quando existir, em suas controladas, administradores, agentes, empregados e quaisquer outras pessoas agindo em nome destas procedam de acordo com o disposto no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, na FCPA e na legislação brasileira anticorrupção.

Capítulo III

Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas

Art. 7º. – O Capital Social é de R\$ 9.753.953.471,58 (nove bilhões, setecentos e cinquenta e três milhões, novecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos) representado por 55.904.895 (cinquenta e cinco milhões, novecentas e quatro mil oitocentas e noventa e cinco) ações, divididas em 54.151.081 (cinquenta e quatro milhões, cento e

Texto aprovado pela 69.ª AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.ª AGE, de 31.10.2022.

cinquenta e uma mil e oitenta e uma) ações ordinárias e 1.753.814 (um milhão, setecentas e cinquenta e três mil, oitocentas e quatorze) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

§ 1º As ações da Chesf serão:

- a) ordinárias, na forma nominativa, com direito de voto; e
- b) preferenciais, na forma nominativa, sem direito de voto.

§ 2º As ações preferenciais não podem converter-se em ações ordinárias e terão prioridade na distribuição de dividendos.

§ 3º Quando da distribuição de lucros, os detentores de ações preferenciais terão direito a um dividendo mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do capital social proporcional a esta espécie de ação. Esse montante será rateado igualmente entre os acionistas preferencialistas. Deduzido esse montante, será pago o dividendo das ações ordinárias.

Art. 8º. Os aumentos do capital social da Companhia serão realizados mediante subscrição particular e/ou incorporação de reservas, de acordo com normas e condições estabelecidas dentre as modalidades admitidas em lei.

§ 1º O aumento de capital social será encaminhado à Assembleia Geral Extraordinária pelo Conselho de Administração por proposta da Diretoria Executiva, acompanhada por parecer do Conselho Fiscal

§ 2º O acionista que não fizer a integralização de acordo com as normas e condições a que se refere o presente artigo ficará de pleno direito constituído em mora, aplicando-se correção monetária, juros de 12% (doze por cento) ao ano e a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da prestação vencida.

Capítulo IV

Da Assembleia Geral

Art. 9º. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, na sede da Companhia para:

- I – tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- II – deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e
- III – eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e os do Conselho Fiscal, e fixar a remuneração global e específica dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, observada a legislação aplicável.

§ 1º A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por um substituto escolhido pelo referido órgão de administração, que designará o secretário.

§ 2º O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Texto aprovado pela 69.ª AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.ª AGE, de 31.10.2022.

§ 3º A competência para deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral é do Conselho de Administração, podendo, ainda, recair sobre o Conselho Fiscal e os acionistas, nos casos previstos em lei.

Art. 10. A Assembleia Geral será convocada em especial para deliberar sobre:

I – alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura ou alteração do capital social; venda de valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações;

II – operações de cisão, fusão, incorporação societária, dissolução e liquidação da empresa;

III – permuta de ações ou outros valores mobiliários;

IV – reforma do Estatuto Social;

V – autorização para a empresa mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;

VI – eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas;

VII – avaliação de bens que o acionista concorrer para a formação do capital social; e

VIII – outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

§ 1º A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob rubrica genérica.

§ 2º O Edital de Convocação poderá condicionar a representação do acionista na Assembleia Geral além dos requisitos previstos em lei, ao depósito, na sede da sociedade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações em custódia com 72 (setenta e duas horas) de antecedência do dia marcado para realização da Assembleia Geral.

§ 3º As deliberações da Assembleia serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.

Capítulo V

Da Administração

Art. 11. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, com atribuições previstas na lei e neste Estatuto, e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria Executiva não poderão ocupar cargo no Conselho de Administração.

Art. 12. É privativo de pessoas naturais o exercício dos cargos integrantes da Administração da Companhia, residentes ou não no país, podendo ser exigido, para qualquer cargo de administrador, a garantia de gestão.

Texto aprovado pela 69.ª AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.ª AGE, de 31.10.2022.

§ 1º As atas de Assembleia Geral ou de reunião do Conselho de Administração que elegerem, respectivamente, conselheiros de Administração e diretores da Companhia deverão conter a qualificação de cada um dos eleitos e o prazo de gestão e, quando a lei, este Estatuto, políticas ou normativos vigentes exigirem certos requisitos para a investidura, somente poderão ser eleitos e empossados aqueles que tenham exibido os necessários comprovantes, dos quais se arquivará cópia autenticada na sede da Companhia.

§ 2º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, utilizando-se para tal todas as informações contidas no formulário padronizado pela Eletrobras.

Art. 13. A investidura em cargo de administração da Companhia observará as condições impostas pela legislação aplicável, bem como aquelas previstas nos normativos internos definidos pela Eletrobras.

Art. 14. Os conselheiros de administração e diretores serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

§ 1º Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa aceita pelo órgão da administração para o qual tiver sido eleito.

§ 2º O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão e/ou atribuição, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia.

Art. 15. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia, salvo se o administrador dissidente fizer consignar em ata de reunião do órgão de administração respectivo sua divergência ou, não sendo possível, dela dar ciência imediata e por escrito ao órgão de administração, ao conselho fiscal ou à assembleia de acionistas.

Art. 16. Os administradores são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

§ 1º A Companhia assegurará aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia.

§ 2º O benefício previsto no parágrafo primeiro deste artigo aplica-se aos ocupantes e ex-ocupantes de função de confiança e demais empregados e ex-empregados regularmente investidos de competência por delegação dos administradores.

§ 3º A forma do benefício mencionado nos §§ 1º e 2º será definida pelo Conselho de Administração ouvida a área jurídica da Companhia, e observadas as diretrizes fixadas pela Eletrobras.

§ 4º Se algum dos ocupantes dos cargos ou funções mencionadas nos §§ 1º e 2º for condenado, em decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto Social, ou decorrente de ato culposo ou doloso, deverá ressarcir à Companhia todos os custos e despesas decorrentes da defesa de que trata o §1º, além de eventuais prejuízos causados.

Texto aprovado pela 69.ª AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.ª AGE, de 31.10.2022.

§ 5º A Companhia poderá manter, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, e observadas as diretrizes fixadas pela Eletrobras, contrato de seguro permanente em favor dos ocupantes dos cargos ou funções mencionadas no § 1º, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos administrativos ou judiciais contra eles instaurados e relativos às suas atribuições junto à Companhia.

§ 6º Os administradores da Companhia que vierem a criar vantagens salariais sem previsão ou em desacordo com o estabelecido pela Eletrobras responderão pelos prejuízos causados à Companhia com base no caput deste artigo.

Art. 17. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva reunir-se-ão, com quórum de instalação de maioria absoluta, metade dos membros eleitos mais um, e deliberarão pelo voto da maioria dos membros presentes.

§ 1º Nas deliberações do Conselho de Administração e resoluções da Diretoria Executiva, os respectivos Presidentes terão, além do voto pessoal, o de desempate.

§ 2º As decisões dos administradores deverão observar as políticas corporativas e as diretrizes estratégicas estabelecidas pela Eletrobras.

§ 3º É vedado ao administrador deliberar sobre matéria conflitante com seus interesses ou relativos a terceiros sob sua influência, nos termos da legislação vigente. Nessa hipótese, deverá registrar em ata a divergência e eximir-se de discutir o tema.

Capítulo VI

Do Conselho de Administração

Art. 18. O Conselho de Administração, órgão colegiado superior da Companhia, será integrado por até 5 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas reeleições, incluindo-se:

I – 1 (um) conselheiro eleito representante dos empregados, escolhido nos termos da legislação vigente.

§ 1º O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

§ 2º As matérias que configurem conflito de interesses, conforme disposto no § 1º acima, serão deliberadas em reunião especial exclusivamente convocada sem a presença do conselheiro de administração representante dos empregados, sendo-lhe assegurado o acesso à ata de reunião e aos documentos referentes às deliberações, no prazo de até 30 (trinta) dias.

§ 3º A Assembleia Geral definirá o Presidente do Conselho de Administração e seu substituto.

Texto aprovado pela 69.ª AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.ª AGE, de 31.10.2022.

§ 4º Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando o membro do Conselho de Administração deixar de comparecer, sem justificativa, a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, durante o prazo de gestão.

§ 5º No caso de vacância do cargo de Conselheiro de Administração, caberá ao Conselho de Administração a eleição de seu substituto, o qual completará o prazo de gestão do conselheiro anterior.

§ 6º O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

Art. 19. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez a cada 3 (três) meses, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

§ 1º O Conselho de Administração será convocado pelo seu Presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas.

§ 2º Os membros do Conselho de Administração terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião, e, somente de locomoção e alimentação, quando residente na cidade.

§ 3º- A remuneração dos membros do Conselho de Administração não contemplará a participação de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

Art. 20. Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente:

I – deliberar sobre matérias de sua competência em consonância com o normativo de alçadas das empresas Eletrobras vigente;

II – autorizar a Companhia a contrair empréstimos ou financiamentos, no país ou no exterior, em consonância com o normativo de alçadas das empresas Eletrobras vigente;

III – autorizar a prestação de garantia a empréstimos ou financiamentos, tomados no país ou no exterior, em consonância com o normativo de alçadas das empresas Eletrobras vigente;

IV – autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, em consonância com o normativo de alçadas das empresas Eletrobras vigente;

V – eleger e destituir os diretores da Companhia, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras e fiscalizar a sua gestão;

VI – implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos, controles internos e conformidade estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e aqueles relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

VII – analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

Texto aprovado pela 69.ª AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.ª AGE, de 31.10.2022.

VIII – deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social da Companhia, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;

IX – aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, incluindo associações e fundações, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;

X – aprovar a estrutura organizacional da Companhia;

XI – monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos;

XII – aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;

XIII – autorizar a Companhia a emitir títulos e valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;

XIV – escolher e destituir auditores independentes, segundo as diretrizes aprovadas pela Eletrobras observada a legislação pertinente;

XV – deliberar sobre a designação e dispensa do ocupante do cargo de titular da Auditoria Interna;

XVI – deliberar sobre as atribuições e funcionamento da Auditoria Interna;

XVII – aprovar a internalização das políticas, regulamentos demais normativos de caráter amplo expedidos pela Eletrobras;

XVIII – solicitar auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra o plano de benefícios da Companhia;

XIX – elaborar, alterar e aprovar seu Regimento Interno, observadas as normas sobre composição e competência fixadas neste Estatuto e nas normas legais vigentes;

XX – deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos da Companhia em cada exercício, propostas pela Diretoria;

XXI – deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;

XXII – deliberar sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos, observado o disposto no Programa de Integridade das empresas Eletrobras e no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, em linha ainda com os normativos internos vigentes definidos pela Eletrobras que regulam as alçadas de aprovação nas empresas Eletrobras;

XXIII – deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social da Companhia, em consonância com o normativo de alçadas das empresas Eletrobras vigente, observada a legislação aplicável;

Texto aprovado pela 69.^a AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.^a AGE, de 31.10.2022.

XXIV – autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social da Companhia, em consonância com o normativo de alçadas das empresas Eletrobras vigente, observada a legislação aplicável;

XXV – convocar as Assembleias Gerais;

XXVI – aprovar a abertura de sucursais, filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior, mediante autorização da Eletrobras, exceto para cumprimento de obrigação decorrente dos contratos de concessão de geração ou transmissão de energia elétrica, casos em que serão da competência da Diretoria Executiva;

XXVII – deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a 30 (trinta) dias consecutivos;

XXVIII – reunir-se, ao menos 1 (uma) vez por ano, sem a presença do Diretor-Presidente da Companhia, inclusive para aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna e do Relatório Anual de Auditoria Interna;

XXIX – deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da Companhia, não vinculados à concessão, em consonância com o normativo de alçadas das empresas Eletrobras vigente;

XXX – aprovar o Plano de Negócio e Gestão em conformidade com o Plano Diretor de Negócio e Gestão e o Plano Estratégico das empresas Eletrobras;

XXXI – realizar a avaliação de desempenho, individual e coletiva, dos administradores, pelo menos 01 (uma) vez ao ano, nos termos da legislação vigente, com base nas diretrizes estabelecidas pela Eletrobras;

XXXII – conceder férias ou licença de natureza facultativa ao Diretor-Presidente;

XXXIII – fiscalizar o cumprimento do regulamento de pessoal aprovado pela Eletrobras e demais diretrizes de pessoal expedidas pela Eletrobras;

XXXIV – aprovar, fiscalizar e analisar o cumprimento das metas e resultados específicos pactuados no plano de negócio e gestão e em programas de remuneração variável dos administradores, sejam estes por meio de incentivos de curto e longo prazo, inclusive que considerem o pagamento por ações ou equivalência, observadas ainda as diretrizes do plano estratégico;

XXXV – deliberar sobre contratos referentes à comercialização de energia e combustíveis e às operações de contratação de instrumentos financeiros e securitários aceitos e necessários para garantia de processos judiciais e à liquidação financeira das operações realizadas no âmbito da CCEE, bem como nos casos de exportação de energia, observando:

a) as políticas, critérios, diretrizes e demais normativos estabelecidos pela Eletrobras; e

b) os limites de aprovação para contratos de compra e venda de energia elétrica e atos subsequentes a eles vinculados, incluindo contratação de instrumentos financeiros e securitários aceitos e necessários para garantia, em consonância com o normativo de alçadas das empresas Eletrobras.

XXXVI – encaminhar ao Conselho de Administração da Eletrobras, ou a quem ele delegar, quando solicitado, relatório dos resultados da comercialização de energia, incluindo a última contabilização disponível na CCEE;

Texto aprovado pela 69.^a AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.^a AGE, de 31.10.2022.

XXXVII – discutir, aprovar e monitorar decisões que envolvam práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas, política de gestão de pessoas e código de conduta dos agentes, conforme diretrizes da Eletrobras;

XXXVIII – deliberar sobre os acordos de acionistas a serem firmados pela Companhia, se houver, ou suas subsidiárias, quando existir, antes de sua assinatura, cumprida a legislação vigente, mediante manifestação favorável da Eletrobras;

XXXIX – manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia;

XL – manifestar-se sobre remuneração dos membros da Diretoria e programas de remuneração variável da empresa, sejam estes por meio de participação nos lucros ou resultados, bônus, prêmios por desempenho, incentivos de curto e longo prazo, inclusive que considerem o pagamento por ações ou equivalência, de acordo com as diretrizes fixadas pela Eletrobras; e

XLI – decidir os casos omissos neste Estatuto.

§ 1º As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas pela Diretoria Executiva, observando-se as diretrizes de governança corporativa fixadas pela Eletrobras.

§ 2º O Conselho de Administração da Companhia poderá contar com o assessoramento de comitês da Eletrobras, nos termos e limites fixados pela Eletrobras.

Art. 21. O Conselho de Administração submeterá à apreciação do Conselho Fiscal o relatório anual da administração e respectivas demonstrações financeiras de cada exercício social.

Art. 22. O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria Executiva em conformidade com a legislação societária vigente, bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o parecer do Conselho Fiscal e o certificado dos auditores independentes.

Capítulo VII

Da Diretoria Executiva

Art. 23. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular da Companhia.

Parágrafo único. O Diretor-Presidente e os Diretores não poderão exercer funções de direção administração ou consultoria em empresas ligadas de qualquer forma ao Setor Elétrico, salvo nas sociedades em que a Eletrobras ou a Companhia tenha participação acionária, direta ou indiretamente, onde poderão exercer cargos na administração e no Conselho Fiscal.

Art. 24. A Diretoria Executiva compor-se-á do Diretor-Presidente e até 5 (cinco) diretores respeitando o mínimo de 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão

Texto aprovado pela 69.ª AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.ª AGE, de 31.10.2022.

suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas reeleições.

§ 1º O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

§ 2º É condição para investidura em cargo de diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração.

Art. 25. Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos do presente Estatuto.

Parágrafo único – No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, o substituto será indicado dentre os demais membros da Diretoria Executiva.

Art. 26. Vagando definitivamente cargo na Diretoria Executiva, utilizar-se-á o mesmo critério constante do Parágrafo único do art. 25, para a substituição, até a realização da reunião do Conselho de Administração que decidir pela substituição definitiva e der posse ao novo diretor, preenchendo-se, assim, o cargo vago, pelo prazo que restava ao substituído.

Art. 27. Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 28. No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes e políticas fixadas pelo Conselho de Administração da Companhia:

I – aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação da Companhia;

II – elaborar planos de emissão de títulos e valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral;

III – elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

a) o Plano de Negócio e Gestão da Companhia para o exercício anual seguinte, em consonância com o Plano Diretor de Negócio e Gestão e o Plano Estratégico das empresas Eletrobras, e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior;

b) os orçamentos da Companhia, em consonância com o plano estratégico, com o Plano Diretor de Negócios e Gestão aprovado pela Eletrobras e com o Plano de Negócios e Gestão da Companhia, e acompanhar sua execução; e

c) a avaliação do resultado de desempenho das atividades da Companhia;

IV – elaborar, alterar e aprovar o seu Regimento Interno;

V – decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros em consonância com o normativo de práticas adotadas das empresas Eletrobras vigente;

Texto aprovado pela 69.ª AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.ª AGE, de 31.10.2022.

VI – aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade da Companhia;

VII – aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento da Companhia, observadas as diretrizes e normativos fixados pela Eletrobras;

VIII – executar os planos e diretrizes fixados pela Eletrobras que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e conduta para os empregados da Companhia, e pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;

IX – aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados, observado o que a este respeito dispõem o estatuto e as diretrizes da Eletrobras;

X – delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;

XI – delegar poderes ao Diretor-Presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições, em consonância com o normativo de alçadas das empresas Eletrobras vigente;

XII – promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada;

XIII – encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias no país ou no exterior, em consonância com o normativo de alçadas das empresas Eletrobras;

XIV – apreciar propostas de atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, e submetê-las à aprovação da Eletrobras, de acordo com a alçada fixada pelo Conselho de Administração da Eletrobras;

XV – elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as ao exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Riscos da Eletrobras, e, ao exame e deliberação da Assembleia Geral;

XVI – designar empregados da Companhia para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora;

XVII – movimentar recursos da Companhia e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do Diretor-Presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados da Companhia e da Eletrobras relacionados em atos específicos de Diretoria, em consonância com o normativo de alçadas das empresas Eletrobras vigente;

XVIII – autorizar férias ou licenças por até 30 (trinta) dias a qualquer de seus membros, exceto o Diretor-Presidente, designando o substituto na forma do parágrafo único do art. 25 deste Estatuto;

XIX – deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, em consonância com o normativo de alçadas das empresas Eletrobras vigente;

Texto aprovado pela 69.^a AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.^a AGE, de 31.10.2022.

XX – fiscalizar e acompanhar as sociedades investidas; e

XXI – aprovar instrução de voto nas respectivas assembleias, observado o normativo de alçadas e outras diretrizes fixadas pela Eletrobras.

Art. 29. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do Diretor-Presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Capítulo VIII

Das Atribuições do Diretor-Presidente e dos Diretores

Art. 30. Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, compete ao Diretor-Presidente, além da orientação da política administrativa e a representação da Companhia:

I – superintender os negócios da Companhia;

II – gerenciar a execução dos processos de gestão, de escritório de apoio e de assessoramento à alta administração;

III – representar a Companhia, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades acionistas ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;

IV – admitir e demitir empregados, observadas as diretrizes da Eletrobras;

V – formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria;

VI – exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

Art. 31 – São atribuições dos demais Diretores, sem prejuízo de outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Conselho de Administração:

I – gerir as atividades da sua área de atuação, observando o Planejamento Estratégico e o Plano de Negócios e Gestão da Companhia;

II – participar das reuniões da Diretoria Executiva, contribuindo para a definição das políticas a serem seguidas pela sociedade e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação; e

III – cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da sociedade estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação.

Capítulo IX

Do Conselho Fiscal

Texto aprovado pela 69.^a AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.^a AGE, de 31.10.2022.

Art. 32. A Companhia terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter não permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, nos termos da legislação vigente, todos domiciliados no país, acionistas ou não, com prazo de atuação de 1 (um) ano, sendo permitidas reeleições.

Art. 33. A investidura em cargo de Conselheiro Fiscal da Companhia observará as condições impostas pela legislação aplicável, bem como aquelas previstas no normativo de Indicação das empresas Eletrobras.

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, o qual deverá ser arquivado no livro próprio de atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício de suas funções, observadas as disposições legais.

§ 3º Aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal a defesa e a contratação de seguro nos termos dos parágrafos 1º e 5º do Art. 16, do presente estatuto.

Art. 34. Os membros do Conselho Fiscal elegerão em sua primeira reunião o seu Presidente.

§ 1º Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) intercaladas, durante o prazo de atuação, será o membro do Conselho Fiscal substituído pelo respectivo suplente, até a eleição de novo titular.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção, alimentação e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião, e, somente de locomoção e alimentação, quando residente na cidade.

Art. 35. Os pareceres e opiniões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e registradas no "Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal", cabendo ao seu Presidente, além do voto comum o de desempate.

Parágrafo único. A Companhia designará pessoal qualificado para secretariar as reuniões do Conselho Fiscal e prestar-lhe apoio técnico.

Art. 36. A pedido de qualquer de seus membros, o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos aos auditores independentes.

Art. 37. O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo máximo de trinta dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade da Companhia.

Art. 38. Ao Conselho Fiscal, quando instalado, e sem prejuízo de outras atribuições fixadas por lei ou pela Assembleia, compete:

I – pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;

Texto aprovado pela 69.ª AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.ª AGE, de 31.10.2022.

II – acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;

III – elaborar, alterar e aprovar o seu Regimento Interno;

IV – fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

V – opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

VI – opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

VII – denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

VIII – convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;

IX – analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Diretoria;

X – examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

XI – exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação da Companhia;

XII – assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo;

XIII – fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência;

XIV – examinar o Relatório Anual de Auditoria Interna e o Plano Anual de Auditoria Interna;

XV – realizar a avaliação de desempenho de seus membros e do Conselho Fiscal como colegiado pelo menos uma vez ao ano, nos termos da legislação vigente; e

XVI – fiscalizar o cumprimento do limite de participação da Companhia no custeio de benefícios de assistência à saúde e previdência complementar.

Art. 39. Os órgãos de administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de 10 (dez) dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de 15 (quinze) dias do seu recebimento, cópias dos seus balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos.

Texto aprovado pela 69.^a AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.^a AGE, de 31.10.2022.

Art. 40. O Conselho Fiscal, quando instalado, reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Colegiado, e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Capítulo X

Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras

Art. 41. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se a 1º de janeiro, com término em 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da legislação sobre as sociedades por ações e ao presente Estatuto.

§ 1º Em cada exercício será obrigatória a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

Art. 42. Prescreve, no prazo legal, a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados tempestivamente, reverterão em benefícios da Companhia.

Art. 43. A Companhia, sob responsabilidade de sua Diretoria Financeira, compromete-se a:

I - submeter suas demonstrações financeiras, anuais e trimestrais, controles internos e procedimentos fiscais e tributários a auditores independentes;

II - remeter mensalmente à Eletrobras, conforme cronograma definido pela *Holding*, as demonstrações financeiras levantadas, exceto nos casos previstos no inciso III deste artigo;

III - remeter trimestralmente à Eletrobras, conforme cronograma definido pela *Holding*, as suas demonstrações financeiras levantadas em, respectivamente, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro do mesmo ano, auditadas por empresa de auditoria independente, bem como demonstrativos contábeis auxiliares se requerido, revisados por seus auditores independentes;

IV - remeter, anualmente, à Eletrobras, conforme cronograma definido pela *Holding*, as suas demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro do ano anterior, compreendendo os 12 (doze) meses anteriores, bem como demonstrativos contábeis auxiliares se requerido, acompanhadas de Relatório de Auditoria emitido pelos seus auditores independentes. Alternativamente, mediante solicitação prévia da Eletrobras, as demonstrações financeiras poderão ser acompanhadas de Carta de Conforto emitida pelos seus auditores independentes;

V - remeter, anualmente, à Eletrobras relatório de revisão de seus controles internos, emitido por sua empresa de auditoria independente;

VI - franquear aos auditores independentes da Eletrobras o livre acesso aos papéis de trabalho dos seus auditores independentes e/ou autorizar a adoção de procedimentos adicionais de auditoria;

VII - fornecer, com presteza, esclarecimentos e informações de natureza contábil, financeira, fiscal e tributária jurídica e técnico-operacional (engenharia) à equipe técnica da Eletrobras;

VIII - adotar as Normas Internacionais de Contabilidade para a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras;

Texto aprovado pela 69.ª AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.ª AGE, de 31.10.2022.

IX – implementar, testar e certificar, anualmente, o ambiente de controles internos em consonância à Lei Sarbanes Oxley;

X – fornecer, ainda, os seguintes documentos à Eletrobras:

a) anualmente, tão logo seja elaborada, a Carta de Recomendação dos auditores independentes;

b) anualmente, conforme cronograma definido pela Eletrobras, as Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas de relatórios da administração, parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, sem prejuízo do previsto no inciso IV deste artigo; e

c) demonstrativos contábeis especiais a serem levantados a qualquer tempo, sempre que solicitados pela Eletrobras;

Art. 44. Caso o descumprimento dos compromissos previstos no artigo anterior gere ou contribua, comprovadamente, para a imputação de multas ou qualquer penalidade à Eletrobras ou a seus administradores, por atraso na apresentação de quaisquer de suas informações contábeis periódicas, seja por órgãos reguladores ou fiscalizadores, nacionais ou internacionais, a Companhia ficará responsável pelo ressarcimento à Eletrobras dos prejuízos causados no respectivo montante que houver contribuído no consolidado para a imputação da respectiva multa.

Capítulo XI

Dos Empregados

Art. 45. O cargo de titular da Auditoria Interna será vinculado diretamente ao Conselho de Administração, podendo ser unificado com coordenação central pela Auditoria da Eletrobras.

Art. 46. Os empregados da Companhia estão sujeitos à legislação do trabalho e aos seus regulamentos internos, observando-se as demais normas legais aplicáveis.

Art. 47. Após o encerramento de cada exercício financeiro da Companhia, e uma vez deduzidos os prejuízos acumulados e realizada a provisão para encargos, os empregados terão direito a participação dos lucros ou resultados, observadas as normas contidas nos contratos de trabalho, acordos e convenções coletivas de trabalho, por ela firmados, e as diretrizes fixadas pela Eletrobras.

Capítulo XII

Disposições Gerais

Art. 48. A área de Conformidade e Riscos terá como principais atribuições:

I – assegurar que a empresa esteja em conformidade com a legislação vigente, nacional e internacional, referente aos temas e às práticas anticorrupção, antissuborno e antifraude, e com os normativos emitidos por órgãos reguladores e fiscalizadores;

Texto aprovado pela 69.^a AGE, de 13.02.78, com alterações subsequentes até a 190.^a AGE, de 31.10.2022.

- II – assegurar que a empresa obedeça às políticas, normas e procedimentos de conformidade;
- III – coordenar e disseminar o Programa de Integridade das Empresas Eletrobras, com foco nos riscos de conformidade (desvio, corrupção e fraude), abrangendo todos os níveis da Empresa;
- IV – disseminar a cultura de gestão integrada de riscos corporativos e de conformidade, em todos os níveis da Companhia, por meio da internalização de normativos corporativos, procedimentos e diretrizes de conformidade e riscos emanados pela Eletrobras;
- V – representar a Companhia junto à Eletrobras nas questões referentes à *compliance*, gestão de riscos e controles internos, de acordo com os normativos estabelecidos pela Eletrobras.
- VI – tratar, sob coordenação e conforme diretrizes e normativos estabelecidos pela Eletrobras, denúncias e outras manifestações das partes interessadas da Companhia, além de infrações detectadas até sua efetiva conclusão, incluindo-se a aplicação de consequências associadas a esta atribuição; e
- VII – atuar, sob a coordenação da Eletrobras, no estabelecimento e manutenção de reportes periódicos à Alta Administração da Companhia a respeito do monitoramento do Programa de Integridade das empresas Eletrobras, no que se refere à Companhia.

§ 1º Em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada, a área de Conformidade e Riscos poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Eletrobras.

§ 2º Nas situações mencionadas no parágrafo anterior, o assunto será discutido sem a presença do Diretor-Presidente da Companhia.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas CHESF. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://chesf.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CD7F-3E19-E0E8-CEBF> ou vá até o site <https://chesf.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CD7F-3E19-E0E8-CEBF



Hash do Documento

52E8A92CA1210107ADEF42B0A764B5C9EB48D8C745F14B63715646C982169C96

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/11/2022 é(são) :

- Fabio Lopes Alves (Diretor-Presidente) - 046.886.784-87 em
23/11/2022 15:46 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Pablo de Albuquerque Baracho (Gerente do Departamento
Jurídico Administrativo, Cível e Societário) - 028.867.244-59 em
23/11/2022 12:50 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Antonio Carlos Reis De Souza (Secretário Geral) - 192.090.964-87
em 23/11/2022 12:22 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

